



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009707-21.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **JOSÉ ALVES DE MOURA**
 Requerido: **Sky Brasil Serviços Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços, os quais foram suspensos por ela sem que houvesse motivo para tanto.

Alegou ainda que continuou realizando os pagamentos a seu cargo mesmo sem que a ré lhe prestasse os serviços ajustados, tendo a mesma se comprometido a devolver-lhe tais valores.

Como isso não sucedeu, almeja à sua condenação a tanto, bem como ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré salientou em contestação que o autor solicitou a rescisão do contrato mencionado nos autos (fl. 25, terceiro parágrafo), mas não apresentou prova consistente a esse respeito.

O ônus a propósito era seu, mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente do mesmo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Por outro lado, os documentos de fls. 02/03 atestam os pagamentos que o autor levou a cabo sem que o serviço contratado com a ré lhe estivesse sendo prestado.

A maior evidência desse último aspecto está a fls. 07, 10 e 18, extraindo-se daí o reconhecimento da própria ré de que teria efetuado o pagamento em apreço ao autor em 26/11/2014 por meio de estorno em seu cartão de crédito.

Ora, somente se concebe tal conduta se se tem o serviço como não prestado, pois do contrário obviamente seria imprescindível a correspondente contraprestação.

Como se não bastasse, nada indica concretamente a efetivação do pagamento ao autor, inclusive por meio de estorno em seu cartão de crédito.

Os documentos de fls. 13/17 e 43/52 apontam que isso não aconteceu, sendo relevante notar que a ré não os impugnou especificamente em momento algum.

Deixou de manifestar-se sobre eles, aliás.

A conjugação desses elementos impõe à ré o dever de pagar ao autor a quantia de R\$ 872,90, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa da mesma porque receberia valor sem que houvesse contrapartida a justificá-lo.

Já os danos morais, tenho-os por patenteados.

O autor manteve contatos com a ré (fls. 04/06 e 53/54) e chegou a acionar o PROCON local com o fito de solucionar problema a que não deu causa, mas nunca alcançou êxito.

É inegável que todo esse contexto impôs ao autor, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, desgaste de vulto, o que se reforça pelas regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

A ré ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, de sorte que ficam caracterizados os danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 872,90, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**